

Nós, participantes do 2º Encontro das Comissões Diocesanas em Defesa da Vida (CDDVs), organizado pela Comissão em Defesa da Vida do Regional Sul 1 da CNBB e realizado em S. André no dia 03 de julho de 2010,

- **considerando que,** em abril de 2005, no IIº Relatório do Brasil sobre o Tratado de Direitos Civis e Políticos, apresentado ao Comitê de Direitos Humanos da ONU (nº 45) **o atual governo comprometeu-se a legalizar o aborto;**

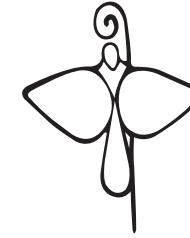
- **considerando que,** em agosto de 2005, **o atual governo** entregou ao Comitê da ONU para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) documento no qual **reconhece o aborto como Direito Humano da Mulher;**

- **considerando que,** em setembro de 2005, através da Secretaria Especial de Política das Mulheres, **o atual governo apresentou ao Congresso** um substitutivo do PL 1135/91.

Como resultado do trabalho da Comissão Tripartite, no qual é proposta a descriminalização do aborto até o nono mês de gravidez e por qualquer motivo, pois com a eliminação de todos os artigos do Código Penal, que o criminalizam, o aborto, em todos os casos, deixaria de ser crime,

- **considerando que,** em setembro de 2006, no plano de governo do 2º mandato do **atual Presidente,** ele **reafirma,** embora com linguagem velada, **o compromisso de legalizar o aborto;**

- **considerando que,** em setembro de 2007, no seu IIIº Congresso, **o PT assumiu a descriminalização do aborto** e o atendimento de todos os casos no serviço público **como programa de partido,** sendo o primeiro partido no Brasil a assumir este programa;



- **considerando que,** em setembro de 2009, **o PT puniu os dois deputados** Luiz Bassuma e Henrique Afonso **por serem contrários à legalização do aborto;**

- considerando como, com todas estas decisões a favor do aborto, o PT e o atual governo tornaram-se ativos colaboradores do Imperialismo Demográfico que está sendo imposto em nível mundial por Fundações Internacionais, as quais, sob o falacioso pretexto da defesa dos direitos reprodutivos e sexuais da mulher, e usando o falso rótulo de "aborto - problema de saúde pública", estão implantando o controle demográfico mundial como moderna estratégia do capitalismo internacional;

- **considerando que,** em fevereiro de 2010, o IVº Congresso Nacional do **PT manifestou apoio incondicional** ao 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), decreto nº 7.037/09 de 21 de dezembro de 2009, assinado pelo atual Presidente e **pela ministra da Casa Civil, no qual se reafirmou a descriminalização do aborto,** dando assim continuidade e levando às últimas consequências esta política antinatalista de controle populacional, desumana, antisocial e contrária ao verdadeiro progresso do nosso País;

- **considerando que este mesmo Congresso aclamou a própria ministra da Casa Civil como candidata oficial do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República;**

- **considerando** enfim **que, em junho de 2010, para impedir a investigação das origens do financiamento por parte de organizações internacionais para a legalização e a promoção do aborto no Brasil, o PT e as lideranças partidárias da base aliada boicotaram a criação da CPI do aborto** que investigaria o assunto.